

# SELEÇÃO DE QUESTÕES DE CONCURSOS DE 2006 A 2008

## (CESPE E ESAF)

### SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - SIAFI

#### (CESPE – CONTADOR – TST – 2008)

O SIAFI é o principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do governo federal. Acerca dos objetivos do SIAFI, julgue os seguintes itens.

122 É objetivo do SIAFI proporcionar transparência dos gastos dos governos federal, estadual, distrital e municipal.

123 O SIAFI visa padronizar métodos e rotinas de trabalho relativas à gestão dos recursos públicos, mas com a permanência do controle pelo ordenador de despesa de cada unidade gestora.

#### (CESPE – TCU/ACE - 2007)

Segundo o disposto no art. 1º do Decreto n.º 93.872/1986 e no art. 56 da Lei nº 4.320/1964, a realização da receita e da despesa da União far-se-á por via bancária, em estrita observância ao princípio de unidade de caixa, conhecido como conta única. Acerca do funcionamento da conta única, julgue o item que se segue.

148 O controle dos saldos e a transferência de recursos entre as unidades gestoras são feitos pelo Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

Por intermédio do SIAFI, seu principal instrumento de gestão, a Secretaria do Tesouro Nacional realiza o acompanhamento e o controle de toda a execução orçamentária e financeira do governo federal. Acerca da tabela de eventos utilizada para transformar os atos e fatos administrativos em registros contábeis automáticos no SIAFI, julgue o item que se segue.

157 O SIAFI somente validará, do ponto de vista contábil, os documentos de entrada de dados, se eles se apresentarem com os eventos que, no todo, completem partidas dobradas.

#### (CESPE - CONTADOR/TRE-AP - 2007)

32 - Em relação ao SIAFI, que é o principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do governo federal, assinale a opção incorreta.

- A) A implantação do SIAFI foi viabilizada mediante a criação da Secretaria do Tesouro Nacional.
- B) Coube ao SERPRO a implementação do SIAFI como sistema computacional que fornece informações de maneira segura e tempestiva.
- C) O SIAFI permite que as unidades gestoras, na efetivação dos seus registros, acessem-no de forma on line ou off line.
- D) O acesso ao SIAFI para o registro de documentos ou para consultas é autorizado somente após prévio cadastramento e habilitação dos usuários.
- E) Cabe ao SERPRO a alteração na forma de acesso ao SIAFI, de acordo com a necessidade do solicitante.

#### (CESPE - CONTADOR/TSE - 2006/7)

51 - O SIAFI foi criado para corrigir várias distorções no âmbito da administração financeira da União. A despeito disso, ainda **não** pode, entretanto,

- A) assegurar a maior eficiência no emprego dos recursos transferidos aos gestores.
- B) reduzir a defasagem entre a ocorrência dos fatos e a escrituração contábil.
- C) eliminar os registros manuais na contabilidade da União.
- D) eliminar a ociosidade de recursos resultante da multiplicidade de contas bancárias.

### **(CESPE - CONTADOR/TRE-TO - 2007)**

43 - O Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) processa e controla a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil dos órgãos da administração pública direta federal, das autarquias, fundações e empresas públicas federais e das sociedades de economia mista que estiverem contempladas no orçamento fiscal e da seguridade social da União. A respeito do SIAFI, assinale a opção correta.

A) Cabe ao Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) estabelecer a forma de acesso de cada unidade gestora ao SIAFI, bem como a forma de solicitação de alteração do tipo de acesso, de acordo com a necessidade do órgão solicitante.

B) O uso da senha, sistema de segurança responsável pelo controle de acesso e navegação, tem como objetivo a utilização autorizada dos recursos do SIAFI, assegurando o acesso de cada usuário cadastrado às transações compatíveis com o seu perfil.

C) A implantação do SIAFI foi viabilizada mediante a criação SERPRO.

D) Entidades de caráter privado não podem utilizar o SIAFI mesmo que autorizadas pela STN.

E) Não há necessidade de prévio cadastramento e de habilitação de usuários para o registro de documento ou consultas ao SIAFI.

### **(CESPE - AUDITOR/TCU - 2007)**

Com relação ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), seus conceitos e objetivos, julgue os itens seguintes.

199 - O Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias (CAUC) é um subsistema que resulta das exigências para a celebração de convênios e transferências de recursos da União para os demais entes federativos. As secretarias e demais órgãos pertencentes aos estados, aos municípios e ao DF subordinam-se à situação cadastral do respectivo ente.

200 - As transferências de recursos às entidades supervisionadas obedecem a limites de saques autorizados para a unidade orçamentária à qual os créditos são atribuídos, mesmo nos casos de receitas vinculadas ou com destinação legal específica. Por outro lado, os dispêndios estão condicionados à arrecadação e ao recolhimento das receitas correspondentes.

## **PECULIARIDADES DA CONTABILIDADE PÚBLICA**

### **(CESPE – CONTADOR – TST – 2008)**

A contabilidade evidenciará perante a Fazenda Pública a situação de todos que, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados. No referente ao controle patrimonial, julgue os próximos itens.

105 Haverá registros analíticos de todos os bens de caráter permanente, com indicação dos elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração.

106 Para avaliação dos bens de almoxarifado, deve ser adotado o método PEPS (primeiro que entra, primeiro que sai).

### **(CESPE – TJDFT – CI – 2008)**

Segundo a Lei n.º 4.320/1964, o levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética na contabilidade. Quanto aos procedimentos a serem adotados para o cumprimento da referida lei, julgue os itens seguintes.

89 Os bens de almoxarifado serão avaliados pelo método UEPS (último que entra primeiro que sai), a fim de se subsidiar a elaboração do orçamento com valores mais próximos da realidade.

90 Os elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um dos bens de caráter permanente devem ser indicados.

**(ESAF – AFC-DI - CGU – 2008)**

2 - A contabilidade aplicada às entidades públicas diferencia-se dos demais ramos da contabilidade, entre outros, pelo seguinte aspecto:

- a) a contabilidade pública não evidencia os resultados do ente público em razão da finalidade do Estado.
- b) os dispêndios orçamentários são registrados como despesa na contabilidade, mesmo que se refiram a gastos que não afetam a situação patrimonial líquida.
- c) as entidades públicas não se preocupam em evidenciar o seu patrimônio e realizam, somente, os registros decorrentes da execução orçamentária.
- d) nas entidades públicas, as contas de resultado só registram os fatos decorrentes da execução orçamentária.
- e) o registro da despesa pública se faz por ocasião do desembolso de recursos.

**(ESAF - TCE-GO – 2007)**

81- Considerando o regime contábil, o campo de aplicação, o objeto e outros aspectos gerais da Contabilidade Pública no Brasil, identifique a opção incorreta.

- a) Os balanços orçamentário, financeiro e patrimonial e a demonstração das variações patrimoniais são demonstrativos previstos na Lei n. 4.320/1964 que sofrem impacto das operações decorrentes da execução orçamentária, independentemente da natureza econômica da receita e da despesa.
- b) Considerando que o empenho da despesa cria para o Estado obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição, o registro contábil da emissão de empenho afetará o sistema orçamentário e o financeiro, pois a despesa pública deve ser reconhecida sob a ótica de competência.
- c) A contabilidade será organizada de modo a permitir o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.
- d) Segundo a Lei n. 4.320/1964, as previsões para depreciação serão computadas para efeito de apuração do saldo líquido das empresas com autonomia financeira e administrativa cujo capital pertença integralmente ao poder público.
- e) No que se refere à avaliação dos elementos patrimoniais, a Lei n. 4.320/64 estabelece que os débitos e créditos, bem como os títulos de renda, serão avaliados pelo seu valor nominal, e convertidos, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do balanço.

**(CESPE – TCU/ACE - 2007)**

O Sistema de Contabilidade Federal compreende as atividades de registro, de tratamento e de controle das operações relativas à administração orçamentária, financeira e patrimonial da União, com vistas à elaboração das demonstrações contábeis. Os órgãos setoriais desse sistema

147 sujeitam-se à orientação normativa e à supervisão técnica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que é o órgão central do sistema.

**(CESPE - CONTADOR/TRE-PA - 2007)**

28 - Os tipos de entes a que se aplica a contabilidade pública incluem

- A) organizações da sociedade civil de interesse público.
- B) empresas públicas dependentes.
- C) sociedades de economia mista.
- D) associações beneficentes que tenham contratos com o poder público.
- E) fundações privadas de utilidade pública.

29 - Com base no Decreto n.º 93.872/1986, assinale a opção correta.

- A) A Secretaria de Orçamento Federal aprova o limite global de saques de cada poder e órgão, de acordo com o montante das dotações e a previsão do fluxo de caixa do Tesouro Nacional.
- B) As transferências de recursos para entidades supervisionadas, quando decorrentes de receitas vinculadas ou com destinação legal específica, independem da programação financeira do Tesouro.
- C) Restos a pagar constituem item específico da programação financeira, e seu pagamento deve efetuar-se dentro do limite de saques fixado para cada órgão.
- D) Os recursos correspondentes às dotações não utilizadas no exercício permanecem à disposição da unidade orçamentária, que poderá utilizá-los independentemente de nova programação financeira.

E) Os recursos correspondentes às dotações destinadas aos órgãos do Poder Judiciário obedecem a programação financeira própria, estabelecida em cada um desses órgãos.

#### **(CESPE - AUDITOR/TCU - 2007)**

Com referência aos conceitos gerais aplicáveis à contabilidade pública, julgue os itens seguintes.

189 - A criação de novos tipos de entes ou associações ampliou o campo de atuação da contabilidade pública. Nesse caso, incluem-se os consórcios públicos, que, ao adquirirem personalidade jurídica de direito público, integram a administração direta em cada um dos entes da Federação consorciados.

190 - As empresas públicas, ainda que dotadas de personalidade jurídica de direito privado, estão abrangidas no campo de aplicação da contabilidade pública, pelo menos em relação aos recursos do orçamento público, e os bens que integram o patrimônio dessas empresas são considerados públicos e classificados como dominicais, passíveis de alienação.

#### **(CESPE - CONTADOR/MPE-TO - 2006)**

A administração pública deve oferecer à coletividade serviços que podem ser essenciais ou apenas, úteis à comunidade. No sentido de atender às necessidades da sociedade, a administração pública possui entidades organizadas para prover os serviços públicos de forma direta ou por delegação sob normas e controles estatais. Acerca de serviços, patrimônio, bens públicos e controles, julgue os itens a seguir.

93 - Autarquias são entidades autônomas, criadas por lei, com personalidade de direito público interno, para executar atividades típicas da administração pública. O patrimônio de uma autarquia é oriundo do poder público e há participação de particulares em seu capital.

94 - Um edifício pertencente ao Estado e utilizado como hospital público é classificado como bem público de uso comum do povo.

95 - Os bens públicos imóveis são avaliados pelo valor de aquisição ou pelo custo de produção ou de construção. Esses bens podem ser reavaliados.

A administração pública, para proporcionar os serviços demandados pela sociedade, a cada exercício financeiro, busca recursos, adquire bens e serviços e controla seus bens segundo normas contábeis e legais. Quanto a receita, despesa, regimes contábeis e inventário, julgue os itens seguintes.

96 - O contribuinte que possui um veículo, no momento em que realiza o pagamento do IPVA junto a uma agência bancária, está caracterizando o denominado regime de caixa adotado na contabilidade pública.

97 - No Brasil, o exercício financeiro da administração pública coincide com o ano civil, mas, isso varia entre os países, pois existem os que adotam outros períodos.

98 - Não pode ser concedido suprimento de fundos a servidor que tenha a seu cargo a guarda ou a utilização do material a adquirir, salvo quando não houver na repartição outro servidor.

99 - No estágio denominado pagamento, que ocorre na execução da despesa, devem ser verificados a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

100 - Na administração pública, é previsto o preço médio ponderado das compras para avaliação dos bens em almoxarifado. Isso significa que, a cada nova compra, o valor unitário dos bens existentes em estoque pode ser alterado.

## **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

#### **(CESPE – CONTADOR – TST – 2008)**

As variações patrimoniais (resultado diminutivo do exercício e resultado aumentativo do exercício) podem ser ativas ou passivas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária. Acerca do registro contábil das variações patrimoniais, julgue o item a seguir.

114 A venda de um bem de uso pelo seu valor contábil será registrada como um decréscimo patrimonial, afetando negativamente a apuração do resultado patrimonial do exercício.

**(ESAF – Controle Interno - CGU – 2008)**

10- Ao longo da existência de uma entidade, vários fatos podem acontecer e que refletem no patrimônio desta de forma positiva ou negativa. Em relação aos fatos contábeis e suas respectivas variações no patrimônio, julgue os itens que se seguem e marque a opção incorreta.

- a) A Insubstância Passiva acontece quando algo que deixou de existir provocou efeito negativo no patrimônio da entidade.
- b) Quando ocorre uma Superveniência Passiva, a Situação Líquida diminui.
- c) As Superveniências provocam sempre um aumento do passivo ou do ativo.
- d) O desaparecimento de um bem é um exemplo de Insubstância do Passivo.
- e) Toda Insubstância do Passivo é uma Insubstância Ativa.

**(CESPE – TCU/ACE - 2007)**

As variações ocorridas no exercício que afetem positivamente o patrimônio, resultantes de fatos independentes da execução orçamentária, são registradas como acréscimos patrimoniais. Acerca desse assunto, julgue o próximo item.

153 As baixas de créditos (insubstâncias ativas) ou a incorporação de obrigações com ajustes correspondentes (superveniências passivas) podem ser caracterizadas como acréscimos patrimoniais.

**(CESPE - CONTADOR/CBMDF - 2007)**

Considerando que determinada entidade governamental receba um imóvel em doação, julgue os itens subsequentes, a respeito do registro contábil dessa entidade.

103 - A operação de doação é considerada uma variação ativa independente da execução orçamentária.

104 - Trata-se de acréscimo patrimonial mediante insubstância passiva.

105 - Como se trata de fato permutativo, não afetando, portanto, o saldo patrimonial da entidade, o valor da doação não estará contemplado na demonstração das variações patrimoniais.

**(CESPE - AUDITOR/TCU - 2007)**

197 - São mutações patrimoniais que afetam o resultado patrimonial para mais ou para menos: cobrança da dívida ativa; alienação de imóveis fora de uso; concessão de empréstimos ao setor privado.

198 - Constitui insubstância passiva o cancelamento de uma dívida ou a prescrição de uma obrigação.

## **SISTEMAS DE CONTAS E PLANO DE CONTAS DA ADM. FEDERAL**

**(CESPE – CONTADOR – TST – 2008)**

A estrutura do Plano de Contas da administração pública federal é composta por seis classes de contas: ativo, passivo, despesa, receita, resultado diminutivo do exercício e resultado aumentativo do exercício. Com relação à estrutura dessas contas, julgue os itens a seguir.

115 O resultado patrimonial do exercício é apurado confrontando-se as contas que compõem o resultado diminutivo do exercício e o resultado aumentativo do exercício.

116 As contas do ativo compensado e do passivo compensado não afetam a apuração do resultado patrimonial do exercício, mas são consideradas na composição do saldo patrimonial, apurado pela diferença entre o ativo e o passivo.

117 As contas pertencentes ao ativo e ao passivo representam os elementos componentes do patrimônio, sendo seus saldos encerrados ao final de cada exercício financeiro.

**(ESAF – AFC-DI - CGU – 2008)**

3 - Assinale a opção que indica uma afirmação falsa em relação ao Plano de Contas Único da Administração Federal.

- a) As contas destinadas ao registro do controle da execução orçamentária pertencem aos grupos Compensados do Ativo e do Passivo.
- b) A receita e a despesa orçamentária são registradas em classes especialmente definidas para esse fim.

- c) O nível em que a conta recebe lançamento não é o mesmo para todas as contas do Plano de Contas.
- d) Visando permitir um controle mais específico, muitas contas possuem detalhamento denominado conta-corrente.
- e) as contas retificadoras são identificadas pelo uso da letra “R” na primeira posição do título.

**(CESPE – TCU/ACE – 2007)**

A respeito do plano de contas da administração pública federal, julgue o item que se segue.

154 O gerenciamento do plano de contas cabe ao Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), que fica autorizado, sempre que necessário, a criar, extinguir, especificar, desdobrar, detalhar e codificar contas, eventos e indicadores contábeis.

Para possibilitar o acompanhamento orçamentário e a composição financeira e patrimonial, bem como a evidenciação dos compromissos assumidos pela administração pública, os registros na contabilidade pública são estruturados em sistemas de contas. Considerando a lógica contábil dos registros efetuados nos sistemas de contas, julgue os itens subseqüentes.

155 Os sistemas de contas da contabilidade pública são compartimentos estanques, isto é, os lançamentos contábeis são fechados (débito e crédito) dentro do mesmo sistema.

156 Dependendo da natureza do ato ou fato administrativo que se queira registrar, os lançamentos contábeis podem demandar registros em apenas um sistema de conta ou em todos os sistemas simultaneamente.

**(CESPE - CONTADOR/TJ-PA - 2006)**

23 - A propósito dos sistemas contábeis adotados pelos estados, assinale a opção correta.

- A) Os planos de contas dos estados seguem o modelo recomendado pela Secretaria do Tesouro Nacional.
- B) Os planos de contas dos estados devem estar ajustados às necessidades de consolidação das contas dos entes da Federação.
- C) Os critérios contábeis a serem adotados pelos estados atendem à orientação do Conselho de Gestão Fiscal desde a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- D) Os sistemas de contas adotados na administração pública não mantêm vínculo com os tradicionais sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial.

**(CESPE - CONTADOR/TRE-AP - 2007)**

30 - O plano de contas é o projeto das contas julgadas necessárias ao registro de todos os componentes patrimoniais e dos fenômenos da gestão, relativos a determinada entidade. Considerando as características dispostas no plano de contas da administração pública federal, assinale a opção correta.

- A) Como na administração privada, são duas as classes de contas de resultado na administração pública: receita e despesa.
- B) O ativo e o passivo compensado são contas com função precípua de controle, mas que, por integrarem o balanço patrimonial, interferem na apuração do resultado patrimonial do exercício.
- C) O código de conta-corrente permite o tratamento de informações conforme a individualização exigida pela conta objeto do detalhamento, proporcionando maior flexibilidade no gerenciamento dos dados desejados.
- D) Os grupos de contas de resultado orçamentário e extra-orçamentário são estruturados de forma a distinguir as contas que efetivamente afetam o resultado do exercício.
- E) O resultado apurado é uma conta utilizada no encerramento do exercício para demonstrar a apuração do saldo patrimonial da entidade.

**(CESPE - CONTADOR/TSE - 2006/7)**

33 - Na estrutura de consolidação de balanços relativa ao plano de contas da administração federal, o subgrupo de execução da programação financeira integra o grupo de contas

- A) de compensação.
- B) do disponível.
- C) do resultado.
- D) extra-orçamentárias.

**(CESPE - CONTADOR/TRE-TO - 2007)**

36 - Na administração pública federal, o propósito do Plano de Contas é atender, de maneira uniforme e sistematizada, o registro contábil dos atos e fatos relacionados com recursos do Tesouro Nacional e sob a

responsabilidade dos órgãos da administração direta e indireta. Com relação à estrutura do Plano de Contas, assinale a opção incorreta.

- A) O primeiro nível, denominado classe, representa a classificação máxima na agregação das contas.
- B) As contas do ativo devem estar dispostas, no Plano de Contas, em ordem crescente do grau de liquidez.
- C) Os grupos de contas de resultados orçamentários e extra-orçamentários devem ser estruturados de forma a se distinguirem as variações diminutivas e aumentativas da situação líquida do patrimônio.
- D) A consolidação dos balanços deve ser efetuada no terceiro nível — subgrupo.
- E) No passivo, devem constar as contas correspondentes às obrigações, que evidenciam as origens dos recursos aplicados no ativo.

37 - Para que os lançamentos efetuados no âmbito da administração pública pudessem permitir, entre outros, o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros, foi concebida uma lógica contábil por meio dos sistemas de contas orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação. Relativamente ao funcionamento dos sistemas de contas na contabilidade pública, julgue os itens seguintes.

I. No sistema orçamentário, são classificadas as contas que têm interferência direta no controle do detalhamento da execução orçamentária da receita e da despesa.

II. No sistema patrimonial, são classificadas as variações ativas e passivas que não interferem diretamente na composição das disponibilidades de numerário e obrigações pendentes ou em circulação.

III. As fontes alimentadoras do sistema financeiro são os orçamentos e suas alterações, o caixa e os atos administrativos.

IV. No sistema de compensação, são classificadas as contas que têm a função precípua de controle.

Estão certos apenas os itens

- A) I e III.
- B) II e III.
- C) II e IV.
- D) I, II e IV.
- E) I, III e IV.

#### **(CESPE - CONTADOR/CBMDF - 2007)**

Em relação ao plano de contas e à tabela de eventos da administração pública federal, julgue os itens seguintes.

82 - A Secretaria do Tesouro Nacional é o órgão responsável pela elaboração do plano de contas na administração pública federal. A administração da tabela de eventos cabe à Secretaria de Orçamento Federal.

83 - A tabela de eventos substituiu a forma usual de apresentação de um plano de contas, no que diz respeito à correspondência entre as contas.

84 - Somente aos órgãos de contabilidade compete realizar os registros contábeis sem a indicação de eventos, que, neste caso, deverão registrar os débitos e créditos correspondentes, desde que não se trate de receitas e despesas.

85 - O plano de contas da administração pública federal compreende seis níveis de desdobramentos, classificados em ativo, passivo, despesa, receita, resultado diminutivo do exercício e resultado aumentativo do exercício.

#### **(CESPE - AUDITOR/TCU - 2007)**

A respeito dos sistemas contábeis adotados na contabilidade pública e acerca de suas finalidades, julgue os próximos itens.

191 - Fatos que afetam tanto o sistema financeiro como o patrimonial podem não ter correspondência no sistema orçamentário. No primeiro caso, o exemplo seria o pagamento de restos a pagar; no segundo, a doação de um terreno.

192 - As contas de compensação que representam situações passíveis de afetar futuramente o patrimônio do ente público são encerradas ao final de cada exercício e reabertas no início do exercício subsequente.

### (CESPE – TJDFT – CI – 2008)

Dependendo da natureza do ato ou do fato administrativo, os lançamentos contábeis podem demandar registros em apenas um ou em todos os sistemas de contas simultaneamente. Considerando o relacionamento entre os atos e fatos administrativos e os sistemas de contas, julgue os itens a seguir.

86 O registro do empenho da despesa pública é feito no sistema de compensação, cujas contas têm função precípua de controle.

87 A incorporação de um bem é uma variação patrimonial ativa, contabilizada no sistema patrimonial.

88 O ingresso de uma receita pública, seja ela orçamentária ou extra-orçamentária, enseja registro no sistema de contas financeiro

### (ESAF – AFC-DI - CGU – 2008)

4 - A respeito do registro contábil de convênios e avais, é correto afirmar:

- a) os avais são registrados no sistema patrimonial, enquanto os convênios são registrados no Sistema Compensado.
- b) tanto os convênios quanto os avais têm seus registros feitos no Sistema Compensado.
- c) os convênios são registrados pelos seus valores globais no sistema patrimonial, enquanto os avais são registrados no sistema financeiro, de forma detalhada.
- d) os avais são registrados somente quando executados, enquanto os convênios têm seus registros desde a celebração até a prestação de contas.
- e) avais e convênios são registrados pela contabilidade somente se gerarem obrigação para o ente público.

5 - A respeito da evidenciação contábil da disponibilidade dos créditos, de que trata o art. 90 da Lei n. 4.320/64, no âmbito federal, é correto afirmar:

- a) a evidenciação se faz mediante o registro dos saldos disponíveis em contas do ativo circulante.
- b) o registro contábil da disponibilidade orçamentária se faz ao final do mês, mediante registro resumido.
- c) é facultado a cada órgão o registro por classificação orçamentária detalhada.
- d) a contabilização fica a cargo das Setoriais Orçamentárias de cada Órgão ou Entidade, que o faz em nome das Unidades Gestoras.
- e) o registro se faz em conta do Passivo Compensado em cada Unidade Gestora.

6 - Assinale a opção correta em relação ao registro contábil da aquisição de material permanente pelos entes públicos no âmbito federal.

- a) a aquisição de bens não é registrada pela contabilidade pública.
- b) o registro da entrada dos bens no patrimônio do ente ocorre no pagamento.
- c) todos os bens de capital adquiridos são registrados no ato da compra e baixados imediatamente do patrimônio do ente.
- d) a aquisição não afeta a situação patrimonial do ente público.
- e) os registros no patrimônio são realizados de forma detalhada, ao final de cada exercício.

7 - A respeito da contabilização da descentralização de créditos, é correto afirmar:

- a) quando ocorre dentro de Unidades Gestoras de um mesmo órgão, o registro é realizado pela unidade concedente e confirmado pela unidade recebedora.
- b) deve sempre ser precedido de empenho.
- c) o registro contábil se dá em contas do Ativo e Passivo Compensados, tanto na unidade concedente quanto na unidade recebedora.
- d) o registro contábil ocorre somente após a confirmação do recebimento pela unidade destinatária do crédito.
- e) na unidade concedente, é considerada uma despesa orçamentária, e, na unidade recebedora, uma receita orçamentária.

9 - A respeito do registro, controle e contabilização das operações relativas a restos a pagar, de que tratam a Lei n. 4.320/64, é correto afirmar:

- a) a baixa de *restos a pagar processados*, em razão de pagamento, provoca lançamentos somente no sistema patrimonial.
- b) *restos a pagar processados* não podem ser baixados, uma vez que se tratam de despesa incorrida.
- c) o cancelamento de *restos a pagar processados* afeta a situação patrimonial líquida do ente público em razão da baixa do passivo.
- d) a inscrição de *restos a pagar não processados* não afeta a execução orçamentária do ente.
- e) a liquidação de *restos a pagar não processados* não afeta as contas do Sistema Compensado.

**(CESPE – TCU/ACE – 2007)**

O legislador definiu para a execução financeira aplicada à administração pública brasileira o regime misto, ou seja, o regime de competência para as despesas e de caixa para as receitas, conforme disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Contudo, o registro do direito se dará no momento do fato gerador, em observância aos princípios da competência e da oportunidade. Acerca desse entendimento, julgue o item abaixo.

146 No momento da arrecadação, o ente deverá registrar no sistema orçamentário a receita pelo regime de caixa e, ao mesmo tempo, proceder à baixa do ativo anteriormente registrado.

Considerando que determinada entidade governamental tenha adquirido, à vista, um veículo para uso em suas atividades operacionais, julgue os itens a seguir, com relação ao registro contábil a ser efetuado e respectivo reflexo nos sistemas de contas.

151 O lançamento da depreciação do veículo representa um decréscimo patrimonial e será efetuado no sistema patrimonial, tendo a débito uma conta de variação passiva e a crédito a conta de depreciação acumulada.

152 Como se trata de um fato permutativo, a compra do veículo será contabilizada no próprio patrimônio, sem passar pelo resultado do exercício e sem ser evidenciada na demonstração das variações patrimoniais.

**(CESPE - CONTADOR/MPE-TO - 2006)**

A contabilidade pública faz a escrituração dos atos e fatos que alteram ou podem alterar o resultado e a situação patrimonial de uma entidade pública em determinado exercício financeiro. Esses registros e resultados são evidenciados pelos demonstrativos contábeis e servem de informação para que sejam julgadas as contas governamentais. A respeito da escrituração das operações típicas da administração pública, da determinação do resultado, dos demonstrativos contábeis e da prestação de contas governamentais, julgue os próximos itens.

101 - Na emissão do empenho, são efetuados registros contábeis que permitem identificar o programa de trabalho que está sendo executado, a nota de empenho emitida, o favorecido do empenho e a modalidade de licitação realizada.

102 - Uma despesa liquidada com a aquisição de um bem móvel é compensada por um registro em conta de resultado aumentativo. Devido a essa compensação, não há alteração do resultado patrimonial do exercício.

103 - O superávit corrente obtido na execução orçamentária é demonstrado no balanço orçamentário no lado das receitas.

104 - Os bens recebidos como doação são evidenciados nas demonstrações das variações patrimoniais como uma interferência ativa no lado das variações ativas.

**(CESPE - CONTADOR/TSE - 2006/7)**

34 - De acordo com o plano de contas único da administração federal direta, o lançamento de descentralização interna de créditos, na unidade gestora recebedora, é representado da seguinte maneira.

- |                         |                         |
|-------------------------|-------------------------|
| A) D crédito disponível | C) D créditos recebidos |
| C provisão concedida    | C crédito disponível    |
| B) D crédito disponível | D) D provisão recebida  |
| C créditos transferidos | C crédito disponível    |

## TABELA DE EVENTOS

### (CESPE – CONTADOR – TST – 2008)

A tabela de eventos é o instrumento utilizado pelos órgãos do governo federal para o preenchimento das telas e documentos de entrada no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI). Acerca da estrutura e das características da tabela de eventos, julgue os itens subseqüentes.

118 Caso, na tabela de eventos, não seja encontrado evento que expresse com clareza a transação a ser processada, é facultado à unidade gestora realizar registros contábeis sem a indicação de evento, por meio de débitos e créditos, desde que não se trate de receitas ou despesas.

119 A tabela de eventos, que é parte integrante do Plano de Contas da administração pública federal, periodicamente sofre atualizações, cuja responsabilidade é da Secretaria Federal de Processamento de Dados (SERPRO).

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira  
L.2.12361.05

PÁGINA: 49  
EMISSÃO: 16/01/07

Tabela de eventos

Evento A / B / C	EST	especificação	Na UGE 1		Na UGE 2	
			Debite	Credite	Debite	Credite
51.0.173		Apropriação de despesas de empréstimos concedidos a longo prazo	3459066YY 292410101 122310000 293200000 292130100 292410401 2924102LL 292410601	 292410102 613120100 193290200 292130201 292410403 2924103LL 292410602		

Considerando os dados acima, extraídos da tabela de eventos da administração pública federal, julgue os próximos itens quanto à natureza da despesa e aos lançamentos relacionados ao evento 51.0.173.

120 Sob o enfoque financeiro, o empréstimo de longo prazo relacionado ao evento 51.0.173 é apropriado como despesa de capital na unidade concedente.

121 Sob o enfoque patrimonial, o evento 51.0.173 constitui uma variação ativa, pois envolve a incorporação de um direito de longo prazo na unidade concedente do empréstimo.

### (CESPE - CONTADOR/TRE-AP - 2007)

31 - A tabela de eventos é o instrumento utilizado pelas unidades gestoras do governo federal no preenchimento de telas e documentos do SIAFI, para transformar os atos e os fatos administrativos rotineiros em registros contábeis automáticos. Relativamente à tabela de eventos, assinale a opção correta.

A) Cada unidade gestora do governo federal pode criar a sua própria tabela de eventos para o registro de suas transações diárias.

B) Somente aos órgãos de contabilidade compete realizar os registros contábeis sem a indicação de eventos.

C) O Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) é o órgão responsável pela administração da tabela de eventos.

D) Os eventos não possuem correspondência com os documentos de entrada do SIAFI, podendo aparecer indistintamente em qualquer dos seus documentos.

E) Na falta de evento que represente adequadamente o ato ou o fato a ser registrado, o usuário do SIAFI, desde que devidamente autorizado, pode criar um novo evento.

# BALANÇO ORÇAMENTÁRIO E DEM. DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

## (CESPE – CONTADOR – TST – 2008)

receitas correntes	1.230.000,00
receitas de capital	480.000,00
despesas correntes	1.200.000,00
despesas de capital	520.000,00
aquisição de imóvel	520.000,00
depreciação de bens móveis	60.000,00
empréstimos tomados	480.000,00
recebimento de bem em doação	80.000,00

A tabela acima apresenta dados, em reais, extraídos da demonstração das variações patrimoniais (DVP) de determinada entidade governamental. Com base nesses dados, julgue os itens a seguir.

124 Apesar de evidenciada na DVP, a aquisição do imóvel não afeta a apuração do resultado patrimonial do exercício, por se tratar de fato permutativo.

125 O resultado patrimonial do exercício foi deficitário.

126 O total das mutações patrimoniais passivas é de R\$ 480.000,00.

Balanco orçamentário (em reais)							
receita				despesa			
títulos	previsão	execução	diferenças	títulos	fixação	execução	diferenças
Corrente	720.000,00	680.000,00	- 40.000,00	Orçamentários	900.000,00	840.000,00	- 60.000,00
Capital	180.000,00	170.000,00	- 10.000,00	e suplementares			
Soma	900.000,00	850.000,00	- 50.000,00	Soma	900.000,00	840.000,00	- 60.000,00
Déficit	0,00	0,00	0,00	Superávit	0,00	10.000,00	10.000,00
Total	900.000,00	850.000,00	- 50.000,00	Total	900.000,00	850.000,00	- 50.000,00

Considerando os dados na tabela acima, extraídos do balanço orçamentário de determinada entidade governamental, julgue os itens subseqüentes.

127 O resultado orçamentário do exercício foi deficitário em R\$ 50.000,00.

128 A economia orçamentária na execução das despesas contribuiu positivamente na apuração do resultado orçamentário do exercício.

## (CESPE – TJDFT – CI – 2008)

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
RECEITA				DESPESA			
Títulos	Previsão	Execução	Diferença	Títulos	Fixação	Execução	Diferença
Corrente	890.000,00	905.000,00	15.000,00	Orçamentários e suplementares	1.000.000,00	995.000,00	-5.000,00
Capital	110.000,00	105.000,00	-5.000,00				
Soma	1.000.000,00	1.010.000,00	10.000,00	Soma	1.000.000,00	995.000,00	-5.000,00
Déficit	0,00	0,00	0,00	Superávit	0,00	15.000,00	15.000,00
Total	1.000.000,00	1.010.000,00	10.000,00	Total	1.000.000,00	1.010.000,00	10.000,00

Considerando a tabela acima, que apresenta dados extraídos do balanço orçamentário de uma entidade governamental, e em que os valores estão em reais, julgue os próximos itens.

81 É correto afirmar que o resultado orçamentário apurado no exercício apresentou superávit de R\$ 10.000,00.

82 A partir dos dados apresentados, é correto afirmar que, houve economia orçamentária na execução da despesa.

**(ESAF – AFC-DI - CGU – 2008)**

1 - Sobre o Balanço Orçamentário de uma entidade pública federal que apresenta déficit de capital, é correto afirmar:

- a) as despesas correntes foram superiores às despesas de capital.
- b) as aplicações de recursos em despesa de capital foram superiores ao montante arrecadado de receitas de capital.
- c) as receitas previstas foram superiores às arrecadadas.
- d) as despesas de capital foram superiores às despesas correntes.
- e) as receitas de capital arrecadadas foram inferiores às previstas.

8 - A respeito de uma Demonstração das Variações Patrimoniais que apresentou resultado do exercício positivo é correto afirmar:

- a) as variações ativas decorrentes da execução orçamentária necessariamente superaram as variações passivas decorrentes da execução orçamentária.
- b) a receita orçamentária, obrigatoriamente, foi maior do que a despesa orçamentária.
- c) as variações extra-orçamentárias apresentaram, necessariamente, resultado positivo.
- d) as variações ativas decorrentes da execução orçamentária, somadas às decorrentes da execução extra-orçamentária, foram maiores que as variações passivas totais.
- e) as despesas correntes, necessariamente, foram menores do que as receitas correntes

**(ESAF - TCE-GO – 2007)**

88- Ao final do exercício, uma determinada entidade de direito público, que realiza o controle das disponibilidades de caixa segregando os recursos de acordo com a destinação, apresentou os seguintes dados referentes à execução orçamentária e financeira

(valores em mil):

Receitas:	Previsão(LOA)	Arrecadação(Realizada)
Receita de Serviços	1.400	1.300
Receita de Alienação de Bens	400	500
Receita de Juros	300	350

Despesas:	Dotação (LOA)	Empenho
Despesa de Pessoal	700	600
Despesa de Inversão Financeira	300	150
Despesa de Juros	400	250
Despesa de Investimentos	600	350

Despesas:	Liquidação	Pagamento
Despesa de Pessoal	600	600
Despesa de Inversão Financeira	100	80
Despesa de Juros	200	200
Despesa de Investimento	200	150

Considere ainda que, para fins de elaboração do Balanço Orçamentário, será considerada despesa realizada:

■ a despesa em que já se tenha verificado o direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e os documentos comprobatórios do respectivo crédito, acrescida dos restos a pagar não-processados inscritos ao final do exercício.

Analisando as informações, indique a opção correta em relação ao Balanço Orçamentário da entidade.

- a) O superávit orçamentário foi de 700.
- b) A entidade apresentou déficit corrente.
- c) O excesso de arrecadação, originário da receita de alienação bens, no montante de 100, não poderá ser utilizado como fonte de recursos para a abertura de crédito adicional no exercício seguinte, com a finalidade de pagamento de juros da dívida.
- d) O montante inscrito em restos a pagar processado soma 200.
- e) Será inscrito em restos a pagar o valor de 250.

89- Durante determinado exercício financeiro, um ente público realizou as seguintes operações (em reais mil):

Alienação de Bens	1.100
Arrecadação de Tributos	3.300
Operação de Crédito Externa	700
Recebimento de cobrança da dívida ativa	1.500
Liquidação de Despesas com Pessoal	900
Aquisição de bens imóveis	500
Despesa com Amortização de Dívidas	600
Inscrição da Dívida Ativa	300
Empréstimos concedidos	400
Recebimento de depósito de terceiros	8.000
Incorporação de computadores doados	9.000
Baixa de bens móveis por ocorrência de incêndio	2.000
Inscrição em restos a pagar:	
Processados (Pessoal)	600
Não-Processados (Despesas Serviços)	1.400
Pagamento de restos a pagar inscrito no exercício anterior	1.500

Com base nas informações, pode-se afirmar que o resultado econômico correspondeu a um

- déficit de 300.
- déficit de 8.300.
- superávit de 300.
- superávit de 8.300.
- superávit de 7.700.

**(CESPE – TCU/ACE - 2007)**

balanço orçamentário (em R\$)

receita				despesa			
títulos	previsão	execução	diferenças	títulos	fixação	execução	diferenças
corrente	346.800,00	295.600,00	-51.200,00	orçamentários	346.800,00	310.080,00	-36.720,00
capital	264.400,00	204.578,00	-59.822,00	e suplementares	264.400,00	180.546,00	-83.854,00
soma	611.200,00	500.178,00	-111.022,00	soma	611.200,00	490.626,00	-120.574,00
déficit	0,00	0,00	0,00	superávit	0,00	9.552,00	9.552,00
Total	611.200,00	500.178,00	-111.022,00	total	611.200,00	500.178,00	-111.022,00

A partir do balanço orçamentário apresentado acima, julgue o item a seguir.

158 O resultado orçamentário do exercício foi deficitário em R\$ 111.022,00.

demonstração das variações patrimoniais (em R\$)			
variações ativas		variações passivas	
resultantes da execução orçamentária			
Receitas orçamentárias	1.230.600,30	despesas orçamentárias	1.080.090,45
mutações patrimoniais			
mutações ativas	430.009,20	mutações passivas	234.560,00
independentes da execução orçamentária			
acrécimos patrimoniais	30.567,90	decrécimos patrimoniais	78.320,80
Total das variações ativas	1.691.177,40	total das variações passivas	1.392.971,25
Resultado patrimonial (déficit)	0,00	resultado patrimonial (superávit)	298.206,15
Total geral	1.691.177,40	total geral	1.691.177,40

Com base nos dados apresentados na demonstração das variações patrimoniais acima apresentada, julgue o seguinte item.

159 O saldo patrimonial acumulado pela entidade foi superavitário em R\$ 298.206,15.

**(CESPE - CONTADOR/TRE-AP - 2007)**

35

demonstração das variações patrimoniais			
variações ativas		variações passivas	
resultantes da execução orçamentária			
receitas orçamentárias	935.550,25	despesas orçamentárias	880.020,22
mutações patrimoniais			
mutações ativas	185.923,48	mutações passivas	127.175,28
independentes da execução orçamentária			
acrécimos patrimoniais	225.333,20	decrécimos patrimoniais	133.005,30
total das variações ativas	1.346.806,93	total das variações passivas	1.140.200,80
resultado patrimonial (déficit)	0	resultado patrimonial (superávit)	206.606,13
total geral	1.346.806,93	total geral	1.346.806,93

Com base nos dados apresentados na demonstração das variações patrimoniais de determinada entidade pública mostrada acima, julgue os seguintes itens.

I. A demonstração das variações patrimoniais evidencia as alterações, resultantes e independentes da execução orçamentária, verificadas no patrimônio durante o exercício.

II. As variações patrimoniais são classificadas em variações resultantes da execução orçamentária, mutações patrimoniais e variações independentes da execução orçamentária.

III. O resultado patrimonial do exercício foi influenciado somente pela execução orçamentária.

IV. O resultado patrimonial do exercício deve ser agregado ao saldo patrimonial acumulado no balanço patrimonial.

V. O resultado patrimonial do exercício apresentou superávit de R\$ 206.606,13.

Estão certos apenas os itens

- A) I, II e V.
- B) I, III e IV.
- C) I, IV e V.
- D) II, III e IV.
- E) II, III e V.

36 - Considere os seguintes dados, relativos ao balanço orçamentário de determinada entidade governamental.

**Balanço orçamentário**

Receita				Despesa			
Títulos	Previsão	Execução	Diferenças	Títulos	Fixação	Execução	Diferenças
Corrente	328.000,00	322.800,00	5.200,00	Orçamentários e suplementares	510.000,00	509.800,00	200,00
Capital	182.000,00	178.500,00	3.500,00				
Soma	510.000,00	501.300,00	8.700,00	Soma	510.000,00	509.800,00	200,00
Déficit	0,00	8.500,00	- 8.500,00	Superávit	0,00	0,00	0,00
Total	510.000,00	509.800,00	200,00	Total	510.000,00	509.800,00	200,00

Com base nos dados apresentados, é correto afirmar que

- A) a lei orçamentária anual não foi aprovada com equilíbrio.
- B) houve utilização de dotação sem autorização legal.
- C) o resultado orçamentário do exercício foi deficitário em R\$ 200,00.
- D) o resultado orçamentário do exercício foi influenciado pelo desempenho da arrecadação.
- E) o resultado orçamentário do exercício foi influenciado basicamente pela economia na realização da despesa.

**(CESPE - CONTADOR/TRE-PA - 2007)**

26 - Na elaboração da demonstração das variações patrimoniais, segundo o modelo da Lei n.º 4.320/1964, considera-se

- A) a inscrição de dívida ativa como uma variação passiva independente da execução orçamentária.
- B) o pagamento de um empréstimo obtido como uma mutação patrimonial da despesa.
- C) uma doação efetuada como independente da execução orçamentária, sem efeito no resultado patrimonial.
- D) o cancelamento de uma dívida com particulares como uma mutação patrimonial da receita.
- E) o resultado patrimonial como o saldo das variações resultantes da execução orçamentária, excluídas aquelas independentes da execução orçamentária.

**(CESPE - CONTADOR/TSE - 2006/7)**

35 - Um ente público apresentou os seguintes saldos ao final de um período (em R\$ 1.000,00).

receita arrecadada	520.000
despesa realizada	470.000
despesa fixada	480.000

Com relação ao balanço orçamentário, é correto afirmar que houve

- A) excesso de arrecadação.
- B) déficit na execução orçamentária.
- C) deseconomia de despesa.
- D) insuficiência de despesa.

**(CESPE - CONTADOR/TRE-TO - 2007)**

Texto para as questões 45 e 46

**Balanço orçamentário**

Receita (em R\$)				Despesas (em R\$)			
Títulos	Previsão	Execução	Diferenças	Títulos	Fixação	Execução	Diferenças
Corrente	320.000	318.000	2.000	Orçamentários e suplementares	450.000	422.000	28.000
Capital	130.000	109.800	20.200				
Soma	450.000	427.800	22.200	Soma	450.000	422.000	28.000
Déficit	0	0	0	Superávit	0	5.800	- 5.800
Total	450.000	427.800	22.200	Total	450.000	427.800	22.200

A tabela acima apresenta informações do balanço orçamentário de determinado ente governamental.

45 - Tendo como referência o balanço orçamentário apresentado acima, é correto afirmar que o

- A) exercício orçamentário apresentou superávit no valor de R\$ 5.800,00.
- B) exercício orçamentário apresentou déficit no valor de R\$ 5.800,00.
- C) exercício orçamentário apresentou superávit no valor de R\$ 22.200,00.
- D) exercício orçamentário apresentou déficit no valor de R\$ 22.200,00.
- E) resultado orçamentário do exercício foi de R\$ 427.800,00.

46 - Ainda com base no balanço orçamentário mostrado na tabela e com relação à elaboração e execução do orçamento do referido ente, assinale a opção incorreta.

- A) A LOA foi aprovada com equilíbrio.
- B) Não houve utilização de dotação sem autorização legal.
- C) A despesa executada refere-se aos gastos que já cumpriram o fato gerador.
- D) Por se tratar de uma previsão, a receita arrecadada pode ser a maior ou a menor.
- E) O resultado orçamentário do exercício foi influenciado pelo desempenho da arrecadação.

**(CESPE - CONTADOR/CBMDF - 2007)**

Receita				Despesa			
Títulos	Previsão	Execução	Diferenças	Títulos	Fixação	Execução	Diferenças
Corrente	285.000	282.000	3.000	Orçamentários e suplementares	408.000	377.000	31.000
Capital	123.000	101.000	22.000				
Soma	408.000	383.000	25.000	Soma	408.000	377.000	31.000
Déficit	0	0	0	Superávit	0	6.000	- 6.000
Total	408.000	383.000	25.000	Total	408.000	383.000	25.000

A tabela acima, cujos valores estão em reais, apresenta o balanço orçamentário de determinada entidade governamental. Considerando-se esse balanço orçamentário, é correto afirmar que

- 77 - a LOA foi aprovada com equilíbrio.
- 78 - o resultado orçamentário do exercício foi superavitário em R\$ 6.000,00.
- 79 - o resultado orçamentário do exercício foi influenciado pelo excesso de arrecadação.
- 80 - o resultado orçamentário do exercício foi influenciado pela economia orçamentária da despesa.
- 81 - houve utilização de dotação sem autorização legal.

**BALANÇO PATRIMONIAL E BALANÇO FINANCEIRO**

**(CESPE – CONTADOR – TST - 2008)**

Balanço financeiro			
receita	R\$	despesa	R\$
orçamentária	1.850.000,00	orçamentária	1.830.000,00
extra-orçamentária	320.000,00	extra-orçamentária	270.000,00
saldo do exercício anterior	70.000,00	saldo para o exercício seguinte	140.000,00
total	2.240.000,00	total	2.240.000,00

O balanço financeiro de uma entidade governamental apresenta as informações mostradas na tabela acima, relativas ao encerramento de determinado exercício financeiro. Considerando que, no exercício financeiro mostrado na tabela, tenham sido inscritos valores em restos a pagar, e que também tenham sido pagos restos a pagar inscritos no exercício anterior, julgue os itens a seguir.

129 Os restos a pagar relativos ao exercício anterior pagos no exercício financeiro mostrado na tabela estão contemplados na despesa orçamentária.

130 As despesas orçamentárias inscritas como restos a pagar do exercício não afetaram a apuração do saldo financeiro para o exercício seguinte.

**(CESPE – TJDFT – CI – 2008)**

A contabilidade pública é demonstrada por meio de peças contábeis devidamente estruturadas e organizadas, denominadas balanços públicos, os quais possuem características muito próprias de apresentação. Acerca das especificidades do balanço patrimonial, julgue o item abaixo.

83 No balanço patrimonial, estão as contas que apresentam a situação estática dos bens, direitos e obrigações; nele é apurado, ao final de cada exercício financeiro, o resultado patrimonial da entidade.

**(ESAF – AFC-DI - CGU – 2008)**

10 - Assinale a opção que indica uma informação que não está disponível no Balanço Patrimonial de uma entidade pública autárquica que aplica as regras da contabilidade pública:

- a) o montante das depreciações acumuladas dos bens móveis.
- b) o resultado apurado no período.
- c) a participação societária em outro ente público.
- d) o montante das disponibilidades de recursos para eventual abertura de crédito suplementar.
- e) o montante da dívida com fornecedores do exercício anterior.

**(ESAF - TCE-GO – 2007)**

86- Para análise do Balanço Patrimonial de um determinado ente, foram disponibilizados os seguintes dados:

Saldo Patrimonial Positivo ..... 3.000  
Passivo Compensado ..... 3.000  
Total Geral do Ativo ..... 15.000

Com base nos dados acima e considerando que o valor do Ativo Permanente é maior do que o Passivo Permanente em 2.500, pode-se afirmar que o superávit financeiro apurado é de

- a) 500.
- b) 5.000.
- c) 3.000.
- d) 9.000.
- e) zero (Não houve).

90- Considere os seguintes saldos extraídos do balanço financeiro de uma determinada entidade de direito público, em 20X1:

Receita de Impostos (Saldo Atual) .....190  
Despesa de Correntes (Saldo Atual) .....160  
Receita de Aluguéis (Saldo Atual) .....120  
Despesa de Investimentos (Saldo Atual) .....100  
Tributos Retidos a Recolher (Saldo Atual)..... 85  
Depósitos e Cauções (Saldo Atual) ..... 60  
Depósitos e Cauções (Saldo Anterior)..... 47  
Inscrição de Restos a Pagar Exercício Atual....95  
Pagamento de Restos a Pagar Inscritos no  
Exercício Anterior..... 68  
Disponibilidades do Exercício Anterior .....110  
Disponibilidades para o Exercício Seguinte .. 285

Considerando as informações acima, é incorreto afirmar

- a) que o resultado financeiro de natureza extra-orçamentária foi positivo de 125.
- b) que o resultado financeiro do período foi positivo de 175.
- c) que o resultado financeiro de natureza orçamentária foi positivo de 50.
- d) que, no passivo financeiro do balanço patrimonial de 20X1, havia dívida de, no mínimo, 240.
- e) que o montante dos pagamentos efetivamente do período foi de 280.

**(CESPE – TCU/ACE – 2007)**

O balanço patrimonial, previsto no art. 105 da Lei 4.320/1964, é o demonstrativo que evidencia a posição das contas que constituem o ativo e o passivo, apresentando a situação estática dos bens, direitos e obrigações da entidade. A respeito da elaboração do balanço patrimonial, julgue o item subsequente.

129 O resultado patrimonial do exercício é apurado a partir do levantamento do balanço patrimonial e pode apresentar superávit (ativo maior que passivo), déficit (ativo menor que passivo) ou resultado nulo (ativo igual ao passivo).

Segundo o art. 103 da Lei n.º 4.320/1964, o papel do balanço financeiro é demonstrar o fluxo de caixa da entidade, evidenciando todos os ingressos e dispêndios de recursos no exercício, conjugados com os saldos de disponibilidades do exercício anterior e aqueles que passarão para o exercício seguinte. Acerca do tratamento dado aos restos a pagar para fins de elaboração do balanço financeiro, julgue o item a seguir.

138 Os restos a pagar pagos no exercício serão computados na receita extra-orçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.

balanço financeiro

receita		despesa	
orçamentária	1.340.820,00	orçamentária	1.154.500,00
extra-orçamentária	379.460,00	extra-orçamentária	322.200,00
saldo do exercício anterior	120.680,20	saldo para do exercício seguinte	364.260,20
Total	1.840.960,20	total	1.840.960,20

Considerando que no balanço financeiro ilustrado acima tenham sido inscritas como restos a pagar do exercício despesas no montante de R\$ 180.500,00, julgue o item abaixo.

160 O resultado financeiro do exercício apresentou superávit no valor de R\$ 243.580,00.

**(CESPE - CONTADOR/TJ-PA - 2006)**

24 - Considere os dados adiante especificados para efeito de apuração dos resultados, ao final do exercício financeiro de um ente da administração.

saldo inicial do disponível	R\$ 150.000,00
receita orçamentária executada	R\$ 2.700.000,00
despesa orçamentária executada	R\$ 2.450.000,00
receita extra-orçamentária executada	R\$ 850.000,00
despesa extra-orçamentária executada	R\$ 1.000.000,00

Com base nesses dados, assinale a opção correta.

- A) O saldo final no balanço financeiro é de R\$ 100.000,00.
- B) O balanço orçamentário registra superávit de R\$ 400.000,00.
- C) A variação entre os saldos final e inicial do disponível é registrada no balanço patrimonial.
- D) O resultado financeiro do exercício é de R\$ 100.000,00.

**(CESPE - CONTADOR/TSE - 2006/7)**

36 - Para a elaboração do balanço financeiro de um ente público, dispunha-se dos seguintes valores (em R\$ 1.000,00).

receita orçamentária	630.000
receita extra-orçamentária	410.000
despesa orçamentária	605.000
despesa extra-orçamentária	470.000
saldo inicial	120.000
saldo final	85.000

Em relação ao balanço financeiro, é correto afirmar que

- A) houve déficit no resultado financeiro da execução orçamentária.
- B) o resultado financeiro da execução extra-orçamentária foi deficitário.
- C) o saldo final foi acrescido de R\$ 85 milhões.
- D) o resultado da execução financeira foi de R\$ 220 milhões.

**(CESPE - CONTADOR/TRE-TO - 2007)**

49 - Considere as seguintes informações, apresentadas no balanço financeiro de determinado ente governamental.

receita orçamentária	R\$ 2.525.000,00
receita extra-orçamentária	R\$ 485.500,00
saldo do exercício anterior	R\$ 122.200,00
despesa orçamentária	R\$ 2.718.800,00
despesa extra-orçamentária	R\$ 322.200,00

Sabendo que o montante de R\$ 128.200,00 corresponde a despesas do exercício inscritas em restos a pagar, assinale a opção correta a respeito do resultado financeiro do exercício.

- A) O exercício apresentou superávit financeiro no valor de R\$ 30.500,00.
- B) O exercício apresentou déficit financeiro no valor de R\$ 30.500,00.
- C) O exercício apresentou superávit financeiro no valor de R\$ 91.700,00.
- D) O exercício apresentou superávit financeiro no valor de R\$ 91.700,00.
- E) Infere-se das informações apresentadas que a execução extra-orçamentária contribuiu para o resultado apurado no exercício.

**(CESPE - CONTADOR/CBMDF - 2007)**

balanço financeiro	(valores em reais)
receita orçamentária	1.400.542,00
receita extra-orçamentária	258.296,00
saldo do exercício anterior	125.678,00
despesa orçamentária	1.325.418,06
despesa extra-orçamentária	202.344,25

A tabela acima apresenta dados do balanço financeiro de determinada entidade governamental, no encerramento do exercício financeiro. Considerando esses dados e que as despesas do exercício inscritas em restos a pagar correspondam ao montante de R\$ 127.418,06, julgue os itens a seguir.

96 - O resultado financeiro do exercício apresentou superávit de R\$ 256.753,69.

97 - Nas receitas extra-orçamentárias, estão computados os valores relativos aos restos a pagar inscritos no exercício.

98 - As despesas orçamentárias do exercício totalizaram R\$ 1.198.000,00, uma vez que R\$ 127.418,06 foram inscritas em restos a pagar.

99 - A execução orçamentária contribuiu para o resultado apurado no exercício.

**(CESPE - AUDITOR/TCU - 2007)**

Julgue os itens a seguir, relativos à apresentação e à composição dos balanços orçamentário, financeiro e patrimonial.

193 - Haverá tanto superávit quanto déficit na execução orçamentária de um ente público que apresente, ao final do exercício, a seguinte situação.

receita arrecadada	R\$ 3.800.000,00
despesa realizada	R\$ 4.000.000,00
montante do orçamento	R\$ 3.500.000,00

194 - Suponha-se que o balanço financeiro da União tenha acumulado, até novembro de 2006, os seguintes valores.

ingressos orçamentários	R\$ 1.077.468 milhões
dispêndios orçamentários	R\$ 1.041.055 milhões
déficit extra-orçamentário	R\$ 29.616 milhões

Nesse caso, é correto concluir que as disponibilidades existentes ao final de 2005 haviam aumentado R\$ 6.797 milhões.

195 - Suponha-se que, no exame do balanço patrimonial de um ente público, tenha sido verificado que o quociente da situação financeira — ativo financeiro/passivo financeiro —, na data de encerramento do exercício, era igual a 0,8. Nessa situação, é correto concluir que as disponibilidades, acrescidas aos valores recebíveis a curto prazo, não são suficientes para quitar as obrigações de curto prazo, e que, nos termos da

legislação vigente, essa insuficiência deve ser deduzida na primeira abertura de créditos adicionais por excesso de arrecadação no exercício seguinte.

No que se refere à apresentação e à composição da demonstração das variações patrimoniais, julgue os itens subsequentes.

196 - Suponha-se que as variações patrimoniais de um ente público estejam demonstradas conforme a tabela a seguir.

saldo positivo das variações resultantes da execução orçamentária	R\$ 600 milhões
variações ativas independentes da execução orçamentária	R\$ 230 milhões
variações passivas independentes da execução orçamentária	R\$ 360 milhões

Nessa situação, o novo saldo patrimonial desse ente será de R\$ 470 milhões.

## LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

### (CESPE – CONTADOR – TST - 2008)

Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, a operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro. Acerca das exigências para a realização da operação de crédito, julgue os itens que se seguem.

134 O ente interessado na operação de crédito formalizará seu pleito observando os limites e condições fixados pelo Senado Federal.

135 Devem ser incluídos no orçamento ou em créditos adicionais os recursos provenientes da operação, inclusive no caso de operações por antecipação da receita.

### (CESPE – TJDFT – CI – 2008)

Na administração pública brasileira, busca-se, mediante a adoção de um plano de contas único, padronizar o processo de registro e extração das informações concernentes à execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil dos órgãos e entidades contemplados na Lei Orçamentária Anual. Acerca das exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal para a escrituração das contas públicas, julgue os itens que se seguem.

84 A edição de normas gerais para a consolidação das contas públicas caberá ao órgão de contabilidade de cada ente governamental, enquanto não for implantado o conselho de gestão fiscal.

85 A disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada.

Com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal e seus desdobramentos, julgue os itens a seguir.

120 A operação de crédito, mesmo que tenha prazo de vencimento inferior a doze meses — o que a caracterizaria como dívida flutuante —, deve ser classificada no passivo permanente quando a receita correspondente tiver sido incluída no orçamento.

### (ESAF – Controle Interno - CGU – 2008)

3 - Suponha os seguintes dados extraídos do Anexo de Metas Fiscais-AMF do Governo Federal:

Discriminação	20X1	20X2	20X3
Resultado Primário	4% do PIB	4,5% do PIB	5% do PIB
Dívida Líquida	45% do PIB	43% do PIB	39% do PIB
Resultado Nominal	- 1% do PIB	0% do PIB	1,5% do PIB
Receitas Não-Financeiras	25% do PIB	30% do PIB	35% do PIB

Os dados consideram a metodologia de apuração de Resultados Fiscais, sob a ótica “acima da linha”, utilizada no Brasil. De acordo com os dados e a metodologia de apuração das Necessidades de Financiamento do Setor Público, marque a opção correta.

a) Quando da elaboração da Proposta Orçamentária para o ano de 20X1, as despesas primárias estarão limitadas a 22% do PIB.

b) A previsão é de que, em 20X2, os juros nominais sejam de 5% do PIB.

c) Somente em 20X3 o Superávit Primário será maior do que os juros nominais do exercício.

- d) O Resultado Nominal nulo, em 20X2, indica que o país conseguirá pagar toda a sua dívida.
- e) A redução da dívida líquida ao longo dos três exercícios é em parte decorrente da diminuição das despesas primárias ao longo dos três exercícios.

### **(ESAF – AFC - CGU – 2008)**

34- A Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF instituiu mecanismos mais rigorosos para a administração das finanças nas três esferas de governo e funciona como um código de conduta para os administradores públicos, que devem obedecer às normas e limites estabelecidos na lei. Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a opção incorreta.

- a) A LRF estabelece limites para gastos com pessoal, sendo que na União esse limite chega a 50% do total das Receitas Correntes.
- b) São princípios gerais da LRF o Planejamento, a Transparência e a Responsabilização.
- c) Estão sujeitos às disposições da LRF todos os entes da federação inclusive suas empresas estatais dependentes na forma definida na Lei.
- d) São exemplos de instrumentos de transparência da gestão fiscal, segundo a LRF: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal.
- e) A LRF proíbe a realização de operação de crédito entre entes da Federação, inclusive por intermédio de fundo, ainda que sob a forma de novação de dívida contraída anteriormente.

36- Com a publicação da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2000), a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO assumiu novas prerrogativas, entre as quais a de apresentar o Anexo de Metas Fiscais – AMF e o Anexo de Riscos Fiscais – ARF. Em relação ao AMF e ARF não se pode afirmar:

- a) no ARF, serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.
- b) o AMF estabelece as metas de Receita, Despesa, Resultado Primário e Nominal e montante da dívida pública a serem observadas no exercício financeiro a que se refere, além de indicar as metas fiscais para os dois exercícios seguintes.
- c) de acordo com as últimas Leis de Diretrizes Orçamentárias da União, os riscos fiscais podem ser classificados em duas grandes categorias: Riscos orçamentários e Riscos de dívida.
- d) faz parte do AMF o demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
- e) considerando os riscos dos déficits atuariais dos sistemas de previdência, a LRF determina que integre o ARF a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores públicos.

38- A LRF estabelece a obrigatoriedade do Poder Executivo elaborar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso e, quando for o caso, poderá ser promovida a limitação de empenho e de movimentação financeira. No que se refere a esses procedimentos, assinale a opção correta.

- a) Em nenhuma hipótese serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.
- b) Se verificada a necessidade de contingenciamento, cada um dos poderes, por ato próprio e nos montantes necessários, terá até o final do bimestre seguinte para efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira.
- c) No governo federal, os saldos de caixa apurados ao final do exercício e que integraram o superávit primário são utilizados para pagamento da dívida pública, independentemente de sua vinculação.
- d) Os critérios para realização da limitação de empenho e de movimentação financeira serão estabelecidos na Lei Orçamentária Anual.
- e) A limitação de que trata a LRF somente acontecerá se verificado que ao final do quadrimestre a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal estabelecidas na LDO.

### **(CESPE – CONTADOR – INMETRO – 2007)**

O orçamento público é o planejamento feito pela administração pública para atender, durante determinado período, aos planos e programas de trabalho por ela desenvolvidos, por meio da planificação de receitas a serem obtidas e dispêndios a serem efetuados, objetivando-se a continuidade e a melhoria quantitativa e qualitativa dos serviços prestados à sociedade. Ele é efetuado por meio de três instrumentos básicos: o Plano Plurianual (PPA), a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Com relação às características desses instrumentos básicos do planejamento orçamentário, julgue os itens que se seguem.

92 O PPA tem a mesma duração do mandato do chefe do Poder Executivo e coincide integralmente com este.

93 O conteúdo da LDO é estabelecido em dispositivos da Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

94 A iniciativa da elaboração da proposta orçamentária anual é sempre do Poder Executivo.

A Lei n.º 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), fixou normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, estabelecendo metas de resultados e obediência a limites de gastos. Com relação à escrituração e consolidação das contas, julgue os itens que se seguem.

115 A despesa e a assunção de compromisso devem ser registradas segundo o regime de caixa, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de competência.

116 A administração pública deve manter sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

**(CESPE – AUDITOR – TCU – 2007)**

85 Para o cálculo da receita corrente líquida da União, deverão ser deduzidas as contribuições sociais do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a receita ou faturamento.

86 A redução da alíquota do imposto sobre produtos industrializados (IPI) pelo Poder Executivo deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, além de atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e de estar acompanhada de medidas de compensação, no período definido acima, por meio de aumento de receita.

87 O aumento de despesa oriundo de desapropriação de imóvel urbano pelo poder público municipal, que vise atender a política de desenvolvimento urbano, tem como uma de suas condições prévias estar adequada com a lei orçamentária anual, bastando, para tanto, que tal despesa esteja abrangida por crédito genérico, de forma que, somadas todas as despesas da mesma espécie — realizadas e a realizar —, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício.

88 Para compensar os efeitos financeiros advindos de despesa corrente de caráter continuado derivada de lei, o ente da Federação obrigado ao pagamento dessa despesa poderá criar aumento permanente de receita pela ampliação da base de cálculo de tributo.

89 A despesa total da União com pessoal não poderá exceder 50% da receita líquida corrente, computando-se, para verificação do atendimento a esse limite, as despesas derivadas de indenizações por demissões de seus servidores e empregados.

90 Se um ente da federação ultrapassar o limite estabelecido legalmente para o montante da dívida consolidada, ficará proibido de realizar operação de crédito, inclusive o refinanciamento do débito principal atualizado da dívida mobiliária, enquanto perdurar o excesso.

A partir das normas e dos procedimentos que caracterizam o ciclo orçamentário, julgue os itens subseqüentes.

158 Considere-se que, na estimativa para a arrecadação, no exercício subseqüente, de determinado tributo cujo comportamento tem acompanhado as variações do PIB, levou-se em conta a inflação do ano em curso, projetada em 20%, além da meta de 10% de crescimento para o PIB. Nesse caso, com base nesses parâmetros e na arrecadação do ano em curso, de R\$ 50 bilhões, estima-se arrecadar R\$ 65 bilhões no exercício subseqüente.

159 Suponha-se que, na elaboração da proposta orçamentária, os técnicos do governo disponham dos seguintes dados e informações.

- receitas primárias estimadas R\$ 800 bilhões
- despesas obrigatórias R\$ 600 bilhões
- meta de superávit primário 3% do PIB
- PIB projetado R\$ 2 trilhões

Nesse caso, é correto concluir que as despesas discricionárias não poderão ultrapassar R\$ 60 bilhões.

160 Durante a execução orçamentária, o Poder Executivo pode solicitar empréstimos, tanto para a abertura de créditos adicionais como para atender a eventuais necessidades de caixa. No primeiro caso, trata-se de nova dotação; no segundo, de mero ajuste no fluxo de recursos financeiros.

Com base na Constituição Federal e na legislação complementar, no que concerne às matérias orçamentária e financeira públicas, julgue os itens a seguir.

165 Considere-se que a proposta orçamentária de um ente público foi encaminhada com a seguinte estrutura (valores em R\$ bilhões).

receitas	R\$	despesas	R\$
receitas correntes	10	despesas correntes	15
alienação de ativos	7	investimentos	6
novas operações de crédito	6	reserva de contingência	2
total	23	total	23

Nessa situação hipotética, é correto concluir que a proposta é inadmissível, em virtude de apresentar déficit corrente e de as receitas de capital excederem as despesas de capital.

166 O exame e o parecer sobre as contas do TCU são de responsabilidade do próprio TCU e o julgamento constitui atribuição da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.

167 A reserva de contingência é um desdobramento da classificação da despesa segundo o critério institucional e destina-se, entre outras finalidades, ao pagamento de restos a pagar que excederem as disponibilidades de caixa ao final do exercício.

168 Antes mesmo da vigência da LRF, o legislador já se preocupava com as transferências de encargos na transição de mandatos. Uma das vedações aplicáveis aos municípios é o empenho, no último mês do mandato do prefeito, de mais que o duodécimo da despesa autorizada para o orçamento do exercício subsequente.

169 Os municípios que receberem transferências voluntárias à conta de recursos do orçamento da União estão sujeitos à fiscalização do TCU em relação a essas e a todas as demais despesas realizadas por conta dos respectivos orçamentos.

170 Nos termos das disposições constitucionais em vigor, a admissão de pessoal nos quadros do TCU para 2008 está condicionada à inclusão das despesas correspondentes na dotação orçamentária de 2008, além de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias a ser aprovada até o final da primeira parte da sessão legislativa de 2007.

#### **(CESPE – TCU/ACE – 2007)**

A Lei n.º 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabeleceu normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, estabelecendo, entre outras, normas para execução orçamentária e cumprimento de metas. Considerando que haja limitação de empenho, julgue o item que se segue, quanto ao restabelecimento da receita prevista.

130 A recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Os princípios orçamentários formam os pilares de uma gestão de recursos públicos. O art. 2.º da Lei n.º 4.320/1964 dispõe que a Lei de Orçamento conterà a discriminação da receita e da despesa, de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho de governo, obedecidos os princípios da unidade, universalidade e anualidade. Com relação à observância ao princípio da universalidade, julgue o item a seguir.

132 O projeto da lei orçamentária deve ser acompanhado do demonstrativo regionalizado dos efeitos sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

A Lei n.º 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabeleceu normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, como as normas para execução orçamentária e cumprimento de metas. Segundo a LRF, os recursos legalmente vinculados a finalidade específica

139 deverão ser utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação e somente no exercício em que ocorrer o ingresso.

#### **(CESPE – TCU/TCE – 2007)**

Conforme o disposto na Lei n.º 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) —, o anexo de metas fiscais e o anexo de riscos fiscais compõem a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Acerca do papel do anexo de riscos fiscais, julgue o item a seguir.

99 No anexo de riscos fiscais, serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, e informadas as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

Segundo o disposto na LRF, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no anexo de metas fiscais, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela LDO. Com relação a esse assunto, julgue o item seguinte.

100 Poderão ser objeto de limitação de empenho as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, desde que essa limitação esteja prevista na LDO.

#### **(CESPE - CONTADOR/TRE-PA - 2007)**

27 - Considere que um ente público pretende expandir uma ação governamental de que decorreria um aumento de R\$ 10 milhões anuais de despesa. Nessa situação, à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal,

A) haverá necessidade de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no primeiro exercício e, depois, sucessivamente, a cada novo exercício.

B) o ente público poderá, mediante lei complementar, criar um imposto provisório, a vigorar durante o período de realização da ação.

C) uma forma de viabilizar a realização da referida ação é eliminar outra despesa, ao menos no valor de R\$ 10 milhões.

D) a ação pode ser iniciada mediante o encaminhamento ao Legislativo de proposição com vistas à ampliação gradativa da base de cálculo de um tributo que já vem sendo cobrado.

E) caberá à programação financeira autorizar a liberação de recursos, mês a mês, segundo o suposto grau de prioridade de cada despesa.

#### **(CESPE – CONTADOR – PGE-PA – 2007)**

38. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) — Lei Complementar n.º 101/2000 — destina-se a regulamentar a Constituição Federal, na parte da Tributação e do Orçamento (Título VI), cujo Capítulo II estabelece as normas gerais de finanças públicas a serem observadas pelos três níveis de governo: federal, estadual e municipal. No cumprimento dessa norma, cabe aos tribunais de contas verificar o cumprimento dos limites relativos às despesas com pessoal. Entretanto, não cabe a esses tribunais alertar poderes e órgãos

A que as despesas com inativos e pensionistas se encontram acima do limite correspondente.

B quando a classificação das despesas não-financeiras não for adequada aos parâmetros estabelecidos no anexo III da LRF.

C quando as despesas com pessoal e os montantes das dívidas consolidada e mobiliária, das operações de crédito e das garantias concedidas ultrapassarem 90% dos limites a elas aplicáveis.

D sobre fatos que comprometam os custos ou os resultados de programas, assim como indícios de irregularidades na gestão.

#### **(CESPE - CONTADOR/TSE - 2006/7)**

55 - As contas do último ano de mandato do chefe do Executivo serão julgadas irregulares pelo órgão de controle, caso o referido chefe tenha

- A) feito inscrições em restos a pagar antes de sua desincompatibilização.
- B) contraído obrigações vencíveis durante o mandato de seu sucessor.
- C) assumido, no segundo semestre, compromissos de pagamento para janeiro seguinte sem garantia de disponibilidade de caixa.
- D) assumido, no primeiro trimestre, obrigações de pagamento futuro.

**(ESAF - Analista Contábil-Financeiro - SEFAZ - CE – 2006)**

41- Os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal não obrigam:

- a) as empresas controladas não dependentes estaduais.
- b) as autarquias e fundações estaduais.
- c) a administração direta municipal.
- d) os tribunais de contas municipais.
- e) as empresas estatais federais que recebem recursos para pagamento de despesas com pessoal, custeio ou capital.

42- Acerca da repartição dos limites globais da despesa com pessoal estabelecidos na Lei Complementar n. 101/2000, é correto afirmar que:

- a) a despesa com pessoal dos Tribunais de Contas será incluída nos limites do respectivo Poder Judiciário.
- b) a entrega dos recursos financeiros correspondentes à despesa total com pessoal do Poder Executivo será a resultante da aplicação dos limites com pessoal.
- c) na esfera municipal, o limite para o Ministério Público está incluído no do respectivo Poder Executivo.
- d) no ministério público de cada esfera, o limite será repartido entre seus ramos proporcionalmente à média das despesas com pessoal, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação da LRF.
- e) na União, inclui-se no limite do Poder Executivo as despesas com pessoal do Tribunal de Justiça e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

43- Considerando os dispositivos da Lei Complementar n. 101/2000, o anexo de metas fiscais conterá a (o)

- a) avaliação do cumprimento pelo ente das metas fiscais do ano corrente e dos dois últimos anteriores.
- b) demonstração das metas anuais fixadas para os três exercícios seguintes.
- c) demonstrativo da margem de expansão das despesas discricionárias de caráter continuado.
- d) avaliação financeira e atuarial dos fundos de previdência das empresas estatais.
- e) evolução do patrimônio líquido do ente nos três últimos exercícios destacando a aplicação dos recursos oriundos das operações de crédito.

44- Haja vista a Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto de lei orçamentária, além da compatibilidade com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, deverá obedecer a diversas diretrizes, entre as quais não se inclui

- a) apresentação de medidas de compensação às renúncias de receita previstas no demonstrativo de benefícios tributários, financeiros e creditícios.
- b) demonstração da compatibilidade da programação orçamentária com o anexo das metas fiscais da lei de diretrizes orçamentárias.
- c) inclusão de reserva destinada ao atendimento de passivos contingentes.
- d) vedação à inclusão de dotações para investimento com duração superior a um exercício financeiro previsto no plano plurianual.
- e) inclusão das despesas com a manutenção do Banco Central.

45- Segundo a Lei Complementar n. 101/2000, a responsabilidade na gestão fiscal não pressupõe

- a) ação planejada e transparente.
- b) observância aos limites para a despesa com serviços de terceiros.
- c) cumprimento de metas de resultado entre despesas e receitas.
- d) prevenção de riscos e correção de desvios.
- e) obediência às condições para a inscrição de restos a pagar.

- 46- Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, a lei de diretrizes orçamentárias não disporá sobre o(a)
- a) definição de normas relativas ao controle dos custos da administração pública.
  - b) promoção do equilíbrio entre receitas e despesas.
  - c) definição das demais condições e exigências para transferências constitucionais e legais de recursos.
  - d) estabelecimento de normas e critérios para a limitação do empenho pelos entes constantes do orçamento.
  - e) fixação de normas para a avaliação de resultados dos programas previstos no orçamento.

47- A Lei Complementar n. 101/2000, entre os conceitos e definições acerca da dívida e do endividamento público, adota o seguinte:

- a) considera-se operação de crédito, a aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, e o arrendamento mercantil, inclusive com o uso de derivativos financeiros.
- b) a dívida pública mobiliária corresponde à dívida pública representada por títulos emitidos e contratos assumidos pela União, inclusive os do Banco Central, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.
- c) a dívida pública consolidada ou fundada corresponde ao montante total sem duplicidade das obrigações financeiras do ente da Federação para amortização em prazo não superior a doze meses.
- d) a concessão de garantia corresponde aos ativos vinculados por ente da Federação ou entidade a ele vinculada ao compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por outro ente da Federação.
- e) o refinanciamento da dívida mobiliária corresponde à emissão de títulos por ente da Federação para pagamento do principal acrescido dos respectivos juros e atualização monetária dessa dívida.

48- Acerca das diretrizes para o estabelecimento dos limites para a dívida pública e a realização de operações de crédito estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, não é correto afirmar:

- a) os limites para a dívida pública e a realização de operações de crédito serão fixados em proporção da receita corrente líquida para cada uma das esferas de governo, e serão aplicados igualmente a todos os entes da Federação integrantes da respectiva esfera.
- b) os limites para o montante da dívida mobiliária federal, estadual e municipal serão estabelecidos pelo Congresso Nacional, mediante projeto de lei encaminhado pelo Chefe do Poder Executivo da União.
- c) os limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal, serão estabelecidos pelo Senado Federal por proposta do Chefe do Poder Executivo da União.
- d) o refinanciamento do principal da dívida mobiliária não excederá, ao término do exercício financeiro, o montante ao final do exercício anterior, acrescido das operações de crédito autorizadas no orçamento e realizadas para esse fim, acrescido de atualização monetária.
- e) os limites globais para o montante da dívida consolidada da União, Estados e Municípios serão fixados pelo Senado Federal por proposta do Chefe do Poder Executivo da União.

49- De acordo com a Lei Complementar n. 101/2000, o estabelecimento da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso obedecerá, entre outras diretrizes, à

- a) recomposição ilimitada das dotações orçamentárias objeto de limitação de empenho, em caso de restabelecimento da receita prevista.
- b) avaliação trimestral do cumprimento das metas de resultado primário e nominal.
- c) manutenção dos recursos legalmente vinculados à finalidade específica no mesmo exercício em que ocorrer o ingresso.
- d) possibilidade de limitação das despesas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.
- e) extensão da limitação de empenho aos Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público.

50- Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, não é correto afirmar acerca da apuração dos limites com pessoal:

- a) não serão computadas as despesas com pessoal inativo custeadas por meio de fundo específico decorrentes da contribuição dos servidores inativos.
- b) as despesas com pessoal da administração direta decorrentes de sentenças judiciais serão incluídas no limite do respectivo órgão ou entidade.

- c) não serão computados no limite de pessoal da União os valores transferidos ao Distrito Federal e aos Estados do Amapá e Roraima.
- d) serão computadas as despesas com pessoal decorrentes de decisão judicial da competência do mesmo período de apuração do limite.
- e) não serão computadas as despesas com pessoal decorrentes da convocação extraordinária do Congresso Nacional.

51- Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, não é lícito afirmar acerca da previsão e arrecadação da receita pública:

- a) a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos são requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal.
- b) em até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo deve desdobrar as receitas previstas em metas bimestrais de arrecadação.
- c) as previsões de receita devem considerar, entre outros fatores relevantes, os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços e do crescimento econômico.
- d) a reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só poderá ser feita em caso de erro ou omissão de ordem técnica ou legal.
- e) é vedada a realização de transferências voluntárias ao ente da federação que não institui, prevê e arrecada todos os tributos.

52- Segundo a Lei Complementar n. 101/2000, acerca da renúncia de receita, pode-se afirmar que

- a) a concessão da renúncia de receita deve estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, nos próximos três exercícios.
- b) não se compreende, na renúncia de receita, a redução indiscriminada de tributos ou contribuições.
- c) as condições para a renúncia de receita não se aplicam em caso de redução das alíquotas do Imposto de Renda.
- d) uma das condições para a concessão de renúncia de receita é a adoção de medidas compensatórias, por meio da redução das despesas.
- e) a renúncia de receita condicionada à adoção de medidas compensatórias entra em vigor após verificado o efeito das medidas.

54- De acordo com a Lei Complementar n. 101/2000, é correto afirmar, acerca da verificação do cumprimento aos limites da despesa com pessoal, que

- a) a verificação do cumprimento aos limites será efetuada quadrimestralmente, comparando o mês atual com os onze meses anteriores.
- b) se a despesa com pessoal exceder a noventa e cinco por cento do limite, é vedada, ao poder ou órgão em que incorrer, a concessão de aumento decorrente da revisão geral anual de remuneração.
- c) se a despesa com pessoal exceder o limite, os gastos com cargos em comissão ou funções de confiança deverão ser reduzidos no mínimo em vinte por cento.
- d) se a despesa com pessoal exceder o limite, e não alcançada a redução no prazo estabelecido, enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá receber transferências constitucionais.
- e) se a despesa com pessoal exceder o limite, o excesso deve ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo no mínimo metade no primeiro.

55- Acerca das despesas com a seguridade social, a Lei de Responsabilidade Fiscal não estabelece que é

- a) dispensado o aumento de receita ou redução de outras despesas para compensar a expansão quantitativa dos serviços de saúde.
- b) obrigatória a indicação da fonte de recursos para o custeio total, em caso de criação, majoração ou extensão de benefícios da seguridade social.
- c) dispensado o aumento de receita ou redução de outras despesas para compensar a concessão de benefício a quem satisfaça a legislação vigente.
- d) dispensado o aumento de receita ou redução de outras despesas para compensar a concessão de aumento real ao valor do salário mínimo.
- e) obrigatório o aumento de receita ou redução de outras despesas para compensar o reajustamento pela inflação dos proventos dos militares reformados.

57- A Lei Complementar n.101/2000, entre as diversas diretrizes acerca das transferências voluntárias, estabelece que:

- a) transferência voluntária é a entrega de recursos a outro ente da Federação que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados às ações de saúde.
- b) não se aplicam as sanções de suspensão das transferências voluntárias no caso das destinadas às ações de saúde, educação e segurança.
- c) é permitida a realização de transferências voluntárias para o pagamento de despesas com pessoal dos entes da Federação.
- d) é exigência para a realização de transferências voluntárias a comprovação por parte do beneficiário do cumprimento aos limites constitucionais com educação, saúde e segurança.
- e) é exigência para a realização de transferências voluntárias a existência de prévia dotação orçamentária que a autorize.

58- Com base na Lei Complementar n. 101/2000, a receita corrente líquida compreende o somatório de todas as naturezas de receitas correntes, deduzida(s):

- a) as transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios destinadas ao custeio do Sistema Único de Saúde.
- b) as contribuições dos entes públicos para os fundos de pensão das empresas estatais.
- c) as parcelas entregues por Municípios aos Estados e Distrito Federal por determinação constitucional.
- d) as receitas correntes próprias arrecadadas pelas autarquias e fundações públicas.
- e) a contribuição dos trabalhadores e empregadores para o custeio do regime geral da previdência social.

59- Para os efeitos da Lei Complementar n.101/2000, considera-se despesa com pessoal:

- a) as aposentadorias e pensões relativas a ex-chefes de poder executivo.
- b) o auxílio-alimentação dos servidores.
- c) as reparações econômicas a anistiados políticos não membros da administração pública.
- d) a terceirização de atividades não previstas nos planos de carreira dos servidores.
- e) as aposentadorias e pensões pagas pelo regime geral da previdência social.

60- Acerca da destinação de recursos públicos para o setor privado, a Lei de Responsabilidade Fiscal não estabelece:

- a) é permitido ao Banco Central, mesmo sem autorização legal específica, conceder às instituições financeiras operações de redesconto e empréstimos com prazo não superior a trezentos e sessenta dias.
- b) é obrigatória a autorização em lei específica, bem como atendimento à lei de diretrizes orçamentárias e existência de dotação orçamentária que a suporte.
- c) as exigências de autorização em lei específica, atendimento à lei de diretrizes orçamentárias e dotação orçamentária não se aplicam à administração indireta e empresas estatais, com exceção das instituições financeiras e do Banco Central.
- d) é permitida a utilização de recursos públicos para socorro a instituições do Sistema Financeiro Nacional, mediante lei específica, mesmo que por concessão de auxílios ou subvenções econômicas.
- e) na concessão de crédito a pessoa física ou jurídica que não esteja sob controle direto ou indireto, os encargos financeiros e demais despesas serão iguais ou superiores aos definidos em lei ou ao custo de captação.

# GABARITOS

## GABARITOS – SIAFI

**(CESPE – CONTADOR – TSTR – 2008)**

122 – E                      123 – C

**(CESPE – TCU/ACE - 2007)**

148 – C                      157 – C

**(CESPE - CONTADOR/TRE-AP - 2007)**

32 - E

**(CESPE - CONTADOR/TSE - 2006/7)**

51 - A

**(CESPE - CONTADOR/TRE-TO - 2007)**

43 - B

**(CESPE - AUDITOR/TCU - 2007)**

199 - C                      200 - C

## GABARITOS – PECULIARIDADES DA CONTAB. PÚBLICA

**(CESPE – CONTADOR – TST – 2008)**

105 – C                      106 - E

**(CESPE – TJDFT – CI – 2008)**

89 – E                      90 - C

**(ESAF – AFC-DI - CGU – 2008)**

2 – B

**(ESAF - TCE-GO – 2007)**

81 – B

**(CESPE – TCU/ACE - 2007)**

147 – E

**(CESPE - CONTADOR/TRE-PA - 2007)**

28 - B                      29 - C

**(CESPE - AUDITOR/TCU - 2007)**

189 - E                      190 - C

**(CESPE - CONTADOR/MPE-TO - 2006)**

93 - E                      94 – E                      95 – C                      96 - E

97 - C                      98 – C                      99 - E                      100 - C

## GABARITOS – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

**(CESPE – CONTADOR – TST – 2008)**

114 – E

**(ESAF – Controle Interno - CGU – 2008)**

10 - D

**(CESPE – TCU/ACE - 2007)**

153 – E

**(CESPE - CONTADOR/CBMDF - 2007)**

103 - C

104 - E

105 - E

**(CESPE - AUDITOR/TCU - 2007)**

197 - E

198 - C

**GABARITOS – SISTEMAS DE CONTAS E PLANO DE CONTAS**

**(CESPE – CONTADOR – TST – 2008)**

115 – E

116 – E

117 – E

**(ESAF – AFC-DI - CGU – 2008)**

3 - E

**(CESPE – TCU/ACE – 2007)**

154 – E

155 – C

156 – C

**(CESPE - CONTADOR/TJ-PA - 2006)**

23 – B

**(CESPE - CONTADOR/TRE-AP - 2007)**

30 - C

**(CESPE - CONTADOR/TSE - 2006/7)**

33 - A

**(CESPE - CONTADOR/TRE-TO - 2007)**

36 - B

37 - D

**(CESPE - CONTADOR/CBMDF - 2007)**

82 - E

83 - C

84 - C

85 - E

**(CESPE - AUDITOR/TCU - 2007)**

191 - C

192 - E

**GABARITOS – REGISTROS CONTÁBEIS**

**(CESPE – TJDFT – CI – 2008)**

86 – E

87 – C

88 - C

**(ESAF – AFC-DI - CGU – 2008)**

4 – B

5 – E

6 – D

7 – C

9 - C

**(CESPE – TCU/ACE – 2007)**

146 – C

151 – C

152 - E

**(CESPE - CONTADOR/MPE-TO - 2006)**

101 - C

102 – C

103 - E

104 – E

**(CESPE - CONTADOR/TSE - 2006/7)**

34 - D

**GABARITOS – TABELA DE EVENTOS**

**(CESPE – CONTADOR – TST – 2008)**

118 – E

119 – E

120 – C

121 – C

**(CESPE - CONTADOR/TRE-AP - 2007)**

31 - B

**GABARITOS – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO E DEM. VAR. PATRIMONIAIS**

**(CESPE – CONTADOR – TST – 2008)**

124 – C

125 – E

126 – C

127 – E

128 – C

**(CESPE – TJDFT – CI – 2008)**

81 – E

82 - C

**(ESAF – AFC-DI - CGU – 2008)**

1 – B

8 - D

**(ESAF - TCE-GO – 2007)**

88 – C

89 – D

**(CESPE – TCU/ACE - 2007)**

158 – E

159 – E

**(CESPE - CONTADOR/TRE-AP - 2007)**

35 - C

36 - D

**(CESPE - CONTADOR/TRE-PA - 2007)**

26 - B

**(CESPE - CONTADOR/TSE - 2006/7)**

35 - A

**(CESPE - CONTADOR/TRE-TO - 2007)**

45 - A

46 - E

**(CESPE - CONTADOR/CBMDF - 2007)**

77 - X (ANULADA)

78 - C

79 - E

80 - C

81 - E

**GABARITOS – BALANÇO PATRIMONIAL E FINANCEIRO**

**(CESPE – CONTADOR – TST - 2008)**

129 – E

130 – C

**(CESPE – TJDFT – CI – 2008)**

83 - E

**(ESAF – AFC-DI - CGU – 2008)**

10 – A (?)

**(ESAF - TCE-GO – 2007)**

86 – A

90 – E

**(CESPE – TCU/ACE – 2007)**

129 – E

138 – E

160 - C

**(CESPE - CONTADOR/TJ-PA - 2006)**

24 – D

**(CESPE - CONTADOR/TSE - 2006/7)**

36 - B

**(CESPE - CONTADOR/TRE-TO - 2007)**

49 - B

**(CESPE - CONTADOR/CBMDF - 2007)**

96 - E

97 - C

98 - E

99 - C

**(CESPE - AUDITOR/TCU - 2007)**

193 - E

194 - C

195 - E

196 - E

**GABARITOS – LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL**

**(CESPE – CONTADOR – TST - 2008)**

134 – C

135 – E

**(CESPE – TJDFT – CI – 2008)**

84 – E

85 – C

120 - C

**(ESAF – Controle Interno - CGU – 2008)**

3 – C

**(ESAF – AFC - CGU – 2008)**

34 – A

36 – E

38 - A

**(CESPE – CONTADOR – INMETRO – 2007)**

92 – E

93 – C

94 – C

115 – E

116 - C

**(CESPE – AUDITOR – TCU – 2007)**

85 – E

86 – E

87 – C

88 – C

89 – E

90 – E

158 – E

159 – E

160 – C

165 – E

166 – E

167 – E

168 – E

169 – E

170 – C

**(CESPE – TCU/ACE – 2007)**

130 – C

132 – C

139 – E

**(CESPE – TCU-TCE – 2007)**

99 – C

100 - E

**(CESPE - CONTADOR/TRE-PA - 2007)**

27 - C

**(CESPE – CONTADOR – PGE-PA – 2007)**

38 - B

**(CESPE - CONTADOR/TSE - 2006/7)**

55 - C

**(ESAF - Analista Contábil-Financeiro - SEFAZ - CE – 2006)**

41 – A

42 – E (e B)

43 – B

44 – D

45 – B

46 – C

47 – A

48 – B

49 – E

50 – C

51 – E

52 – B

54 – C

55 – D

57 – E

58 – E

59 – A

60 – C